

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA

- *As mudanças climáticas têm demandado ações dos países, seja na redução das emissões dos gases do efeito estufa, seja na melhor preparação para enfrentar eventos climáticos extremos, podendo implicar em consequências socioeconômicas.*
- *A redução nas emissões brasileiras, prometida na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, sigla em inglês), demanda investimentos para aquisição de novas máquinas e equipamentos e estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias e processos.*
- *As medidas que venham a ser adotadas no Brasil devem minimizar o impacto econômico negativo da adequação, considerando toda a economia e compensando os setores mais impactados.*

Os impactos da mudança do clima constituem um desafio para as indústrias brasileira e internacional. Esses impactos estão ligados principalmente à necessidade de grandes investimentos, ao desenvolvimento de tecnologias para a redução de emissões e a eventos climáticos extremos como secas, enchentes e deslizamentos de terra.

Os eventos extremos afetam a competitividade das empresas por gerar falta de segurança no fornecimento de energia a preços competitivos, pelo risco de desabastecimento de água, e por gerar danos aos ativos das empresas e à infraestrutura.

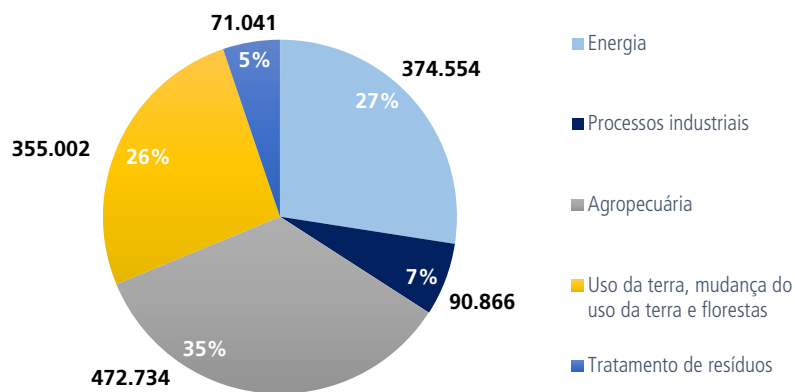
A agenda de mudança do clima vai além de uma “agenda de integridade ambiental”. É uma agenda de transformação estrutural da economia.

Com a ratificação do Acordo de Paris em 2016, o Brasil apresentou a sua contribuição ao

enfrentamento do aquecimento global, por meio de sua NDC.

Além de apresentar meta de redução de emissões de GEE, a NDC prevê um conjunto de medidas adicionais nas áreas de florestas, biocombustíveis e energia. O efeito destas medidas adicionais na cadeia de valor da indústria é a principal preocupação do setor industrial.

É necessário desenvolver estratégias de implementação e financiamento da NDC do Brasil a partir de uma análise integrada de suas implicações na cadeia industrial. É preciso conhecer os impactos, vulnerabilidades, riscos, custos e benefícios das medidas propostas. Adicionalmente, deve-se trabalhar na geração de uma agenda positiva com foco no aproveitamento de oportunidades advindas da consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono no setor industrial, aumentando sua eficiência, competitividade e geração de emprego e renda para a população.

PARTICIPAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES POR SETOR NO ANO 2010 (Gg CO₂e)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis em BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 3ª Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 2016.

Principais recomendações

Pilar 1: Governança

1 Consolidar um novo modelo de governança do clima no Brasil.

Pilar 2: Financiamento

2 Fortalecer mecanismos financeiros existentes para baixo carbono.

3 Desenvolver parcerias internacionais para financiamento da economia de baixa emissão de carbono no Brasil, por meio de acordos bilaterais e multilaterais.

Pilar 3: Competitividade

4 Introduzir medidas compensatórias para setores mais intensivos nos usos de carbono e energia e expostos ao comércio internacional.

5 Revisar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) considerando todo o conjunto da economia (*economy wide*).

6 Realizar investimentos em infraestrutura e logística que busquem integrar os elos das cadeias produtivas e mitigar o risco climático.

Pilar 4: Tecnologia e Inovação

7 Adotar tecnologias para mitigação de emissões alinhadas aos contextos técnico, econômico, político e institucional brasileiros.

8 Simplificar o acesso e ampliar a participação da indústria a recursos financeiros para fomentar o investimento em tecnologias de baixo carbono.

9 Destinar recursos financeiros oriundos de futuros mecanismos de precificação de carbono para investimentos em ações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Pilar 5: Energia

10 Criar programas de capacitação das empresas na gestão eficiente de energia.

11 Atualizar de forma integrada as políticas climáticas, energéticas e de resíduos sólidos para garantir acesso à energia com baixo custo e segurança no fornecimento.

Pilar 6: Florestas

12 Promover iniciativas que visem a integrar os elos da cadeia produtiva.

13 Remover barreiras e melhorar o ambiente de negócios no Brasil para as atividades de reflorestamento e manejo florestal sustentável.

Pilar 7: Adaptação às mudanças climáticas

14 Implementar infraestrutura mais resiliente a eventos climáticos extremos.

15 Criar incentivos para o aumento da capacidade de gestão e prevenção de riscos nas áreas de maior vulnerabilidade a eventos climáticos extremos.

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA